

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.788.105 - SP (2018/0339145-6)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : **JURANDIR JOSE RAMOS**
ADVOGADO : **VALÉRIA PATRÍCIA PINHEIRO RODRIGUES E OUTRO(S) - SP377529**
RECORRIDO : **SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV**
PROCURADOR : **ANA PAULA ANTUNES E OUTRO(S) - SP257296**

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Jurandir José Ramos, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo assim ementado (e-STJ, fl. 154):

AGRAVO DE INSTRUMENTO Execução provisória R. decisão que indeferiu a execução provisória para fins de concessão, ao agravante, da aposentadoria especial, com paridade e integralidade de proventos Cabimento - Violação ao art. 1.059, do NCPC, art. 2º-B, da Lei n. 9.494/97 e art. 7º, § 2º, da Lei n. 12.016/09 Medida de difícil reversão - Impossibilidade de execução antecipada do julgado Precedentes Recurso improvido.

Sustenta o recorrente a violação dos arts. 2º-B da Lei n. 9.494/1997 e 7º, § 2º, e 14, § 3º, da Lei n. 12.016/2009, por ter sido negada a execução provisória, notadamente da obrigação de fazer, consistente na implementação da aposentadoria do impetrante com integralidade e paridade dos proventos.

Suscita dissídio jurisprudencial, utilizando como paradigma acórdão proferido no julgamento do Recurso Especial n. 565.319/RS.

Argumenta que a execução provisória, quanto à obrigação de fazer, não implica aumento de despesa, pois se busca a manutenção do padrão remuneratório.

Contrarrazões às e-STJ, fls. 261-268, em que se ressalta a vedação à execução provisória na hipótese dos autos.

É o relatório.

Vislumbra-se no acórdão recorrido contrariedade aos dispositivos legais apontados no recurso, arts. 2º-B da Lei n. 9.494/1997 e 7º, § 2º, e 14, § 3º, da Lei n. 12.016/2009, uma vez que a vedação neles contida não se aplica ao caso, conforme dispõe a Súmula 729/STF (A decisão na Ação Direta de Constitucionalidade 4 não se aplica à antecipação de tutela em causa de natureza previdenciária).

Com efeito, firmou-se a orientação nesta Corte, na esteira da compreensão adotada pelo Supremo Tribunal Federal, de que a legislação que veda a concessão de tutela antecipada ou liminar não se aplica às causas previdenciárias.

No aspecto:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO CONTRA O INDEFERIMENTO DE LIMINAR, EM MANDADO DE SEGURANÇA, PARA REAJUSTAR PENSÃO PREVIDENCIÁRIA. ALEGADA OFENSA AO ART. 535, I E II, DO CPC/73. INEXISTÊNCIA. VIOLAÇÃO AO ART. 15 DA LEI 10.887/2004. QUESTÃO DE MÉRITO AINDA NÃO JULGADA, EM ÚNICA OU ÚLTIMA INSTÂNCIA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. EXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 735/STF. ART. 480 DO CPC/73. TESE RECURSAL NÃO PREQUESTIONADA. SÚMULA 211 DO STJ. ART. 7º, § 2º, DA LEI 12.016/2009. SÚMULA 729/STF. IMPEDIMENTO LEGAL NÃO VISLUMBRADO, PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão monocrática que julgou recurso interposto contra decisão que inadmitira Recurso Especial, manejado contra acórdão publicado na vigência do CPC/73, que, por sua vez, negara a liminar, em Mandado de Segurança, para reajustar pensão previdenciária.

II. Não há falar, na hipótese, em violação ao art. 535, I e II, do CPC/73, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão proferido em sede de Embargos de Declaração apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida.

III. Consoante reiterada jurisprudência desta Corte, não é cabível Recurso Especial quanto à alegação de ofensa a dispositivos de lei relacionados com a matéria de mérito da causa que, em liminar ou antecipação dos efeitos da tutela, é tratada, pelo Tribunal de origem, apenas sob juízo precário de mera verossimilhança, porquanto, em relação a "tal matéria, somente haverá causa decidida em única ou última instância com o julgamento definitivo, atraindo, analogicamente, o enunciado da súmula 735 do STF: 'Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar'" (STJ, REsp 765.375/MA, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJU de 08/05/2006).

IV. O Recurso Especial é manifestamente inadmissível, quanto à ofensa ao art. 480 do CPC/73, invocada nas razões recursais, por falta de prequestionamento, no que tange à tese recursal, pois não foi ela objeto de discussão, nas instâncias ordinárias, sequer implicitamente, razão pela qual não há como afastar o óbice da Súmula 211/STJ. V. Com efeito, é "firme o entendimento desta Corte de que, nos termos da Súmula 729 do STF, a regra inserta no art. 7º, § 2º, da Lei n. 12.016/09, não se aplica às causas que discutem verbas de natureza previdenciária, como as que envolvem proventos de aposentadoria de servidor" (STJ, AgRg no AREsp 459.964/RN, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 03/02/2017). No entanto, verifica-se que o acórdão proferido pelo Tribunal de origem não vislumbrou o impedimento legal, no exame da liminar, e - na linha do defendido pelo ora agravante - analisou a

Superior Tribunal de Justiça

medida postulada, invocando, inclusive, o teor da Súmula 729/STF, por se tratar de benefício previdenciário.

VI. No caso, deve ser mantida a decisão que negou provimento ao Recurso Especial, por ausência de ofensa ao art. 535, I e II, do CPC/73 e ante o óbice da Súmula 735/STF, quer pelo fundamento da alínea a, quanto da alínea c do permissivo constitucional.

VII. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.046.779/SP, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/3/2018, DJe 23/3/2018)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. APOSENTADORIA ESPECIAL. VERBAS DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA. SÚMULA 729/STF. INAPLICABILIDADE DO ART. 7º, §2º, DA LEI 12.016/2009. CUMPRIMENTO DA ORDEM CONCEDIDA EM MANDADO DE SEGURANÇA. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. POSSIBILIDADE. ART. 2º-B DA LEI 9.494/1997. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA.

1. Inicialmente, é firme o entendimento do STJ de que, nos termos da Súmula 729 do STF, a regra inserta no art. 7º, § 2º, da Lei 12.016/2009 não se aplica às causas que discutem verbas de natureza previdenciária, como as que envolvem proventos de aposentadoria de servidor público.

2. O Superior Tribunal de Justiça entende que deve ser dada interpretação restritiva ao art. 2º-B da Lei 9.494/1997, a qual veda a execução provisória de sentença contra a Fazenda Pública, antes que se opere o seu trânsito em julgado, em ações que tenham por objeto a liberação de recurso, inclusão em folha de pagamento, reclassificação, equiparação, concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores, devendo ser observadas as hipóteses expressamente definidas na norma.

3. No caso em análise, a tutela antecipada foi concedida para permitir a concessão do benefício previdenciário, ato que não está inserido nas hipóteses impeditivas constantes do artigo 1º da Lei 9.494/1997.

4. Recurso Especial não provido.

(REsp 1.722.515/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/3/2018, DJe 13/11/2018)

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. RESTABELECIMENTO DA GRATIFICAÇÃO DE ENCARGOS ESPECIAIS. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCESSÃO DE LIMINAR. POSSIBILIDADE. SÚMULA 729 DO STF. DA IMPOSSIBILIDADE DE INOVAÇÃO DE FUNDAMENTOS.

1. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de ser possível a concessão de medida liminar em ações de natureza previdenciária, na esteira do entendimento do Supremo Tribunal Federal, consubstanciado em sua Súmula 729.

2. A apresentação de novos fundamentos para reforçar a tese trazida no recurso especial representa inovação, vedada no âmbito do agravo regimental.

Agravo regimental improvido.

Superior Tribunal de Justiça

(AgRg no AREsp 416.017/PR, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/11/2013, DJe 9/12/2013)

Portanto, não havendo vedação à concessão de tutela provisória no caso, possível a execução provisória do julgado, consoante o art. 519 do CPC, limitando-se, todavia, à obrigação de fazer, ante o regime de precatório ao qual está sujeito o ente público recorrido.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I e III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial, para estabelecer a possibilidade de execução provisória no tocante à obrigação de fazer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator

